

## O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar

Nataly Nunes \*  
Maria José de Rezende \*\*

**Resumo:** Durante a ditadura militar no Brasil pretendia-se formar indivíduos que se adequassem à nova ordem social. O Estado mudou a sua forma de intervenção sobre todas as instituições, inclusive na área educacional. Pretende-se, neste trabalho, discutir uma destas mudanças: a implementação e obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica. O objetivo era moldar o comportamento e convencer a população acerca das benesses do regime militar. Tem-se que os conteúdos transmitidos aos alunos pelos livros didáticos, são utilizados de acordo com o contexto político, econômico e social de uma determinada época, exatamente como ocorre durante a ditadura militar.

**Palavras-chave:** ditadura militar; educação moral e cívica; legitimidade.

### The teaching of moral and civic education during the military dictatorship

**Abstract:** During the Brazilian dictatorship, the military government wanted to form individuals who had to adapt to the new social order. The state changed its form of assistance on all institutions, including the educational area. The aim of this paper, a discussion of these changes: the implementation and requirement of Moral and Civic Education. The goal was to shape the behavior and convince the people about the benefits of the military regime. It has been that the content transmitted by the students textbooks, are used in accordance with the political, economic and social fabric of a season, just as occurs during the military dictatorship.

**Key words:** military dictatorship, moral and civic education, legitimacy.

A ditadura militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1984, foi um período marcado por momentos de extremo autoritarismo, violência, repressão e por diversos outros meios de manter o regime. Compreender o conjunto de interesses e valores dos segmentos sociais que faziam parte do poder, naquele momento, é fundamental para entender como vários mecanismos autoritários, que buscavam o controle e o consenso da população, tentavam atuar nas diversas esferas da sociedade.

Diante disto cabe a pergunta: de que modo um regime político autoritário e repressivo construiu formas de perdurar por pouco mais de vinte anos? Esta questão revela a necessidade de considerar e analisar a atuação do grupo de poder (formado por militares e civis), na tentativa de controlar todos os aspectos da vida social, político, econômico, cultural e educacional. Tinha-se a intenção de convencer os indivíduos de que as diversas ações colocadas em prática, pelos dirigentes do regime, fossem beneficiar a todos. O governo divulgava, nos diversos meios, inclusive na área educacional, que havia um projeto de “integração nacional” e de que o Brasil vivia, plenamente, os ideais democráticos. Ao mesmo tempo em que a sociedade civil, nos

---

\* Especialização em Ens. de Sociologia pela UEL. End. eletrônico: natynun@yahoo.com.br

\*\* Prof<sup>o</sup> do Dept<sup>o</sup> de Ciências Sociais da UEL. End. eletrônico: wld@rantac.net

seus diversos aspectos, era reorganizada para atender os interesses do regime militar; estratégias eram criadas para atuar até mesmo nos valores individuais. Buscava-se interferir nas formas de pensar e de agir dos indivíduos, de modo a garantir legitimidade da ditadura:

A afirmativa de que a ditadura tentava legitimar suas ações e medidas através da construção de um suposto ideário de democracia significa que se está empregando o sentido de legitimidade como busca de reconhecimento, por parte da maioria dos segmentos sociais, em torno dos valores propalados como fundantes do regime militar, bem como a procura de adesão às suas pressuposições em torno da convivência social (REZENDE, 2001, p.3).

Tinha-se o objetivo de fazer valer os ideais da chamada “revolução de 1964”, para tanto, os membros do governo procuravam intervir em todos os recônditos da vida social. Diversas instituições, grupos e indivíduos eram, de alguma forma, controlados, e até mesmo manipulados, por estratégias arquitetadas pelo regime. A intenção, aqui, é procurar demonstrar que estes atos, que visavam o controle, o consenso e a legitimidade do regime militar, se manifestavam também na área educacional, principalmente, através da disciplina Educação Moral e Cívica<sup>1</sup>. A EMC atuava, inclusive, na mente das crianças, inculcando valores tais como: obediência; passividade; ordem; fê; “liberdade com responsabilidade” e patriotismo. Estes valores faziam parte dos conteúdos presentes nos livros didáticos de EMC, o que leva a considerar a disciplina como parte da estratégia psicossocial elaborada pelo governo militar, uma vez que atuava nas formas de pensamentos e nas subjetividades individuais com o objetivo de interferir na dinâmica social. Desejava-se moldar comportamentos e convencer os alunos acerca das benesses do regime para que estes contribuíssem com a manutenção do regime.

A obrigatoriedade e a implementação da Educação Moral e Cívica faz parte do contexto pesquisado – a ditadura militar. Para compreender seus desdobramentos, faz-se necessário mencionar a reestruturação que houve no setor educacional naquele momento. A educação passou a refletir os aspectos antidemocráticos existentes no período, o processo de tramitação das novas leis, 5540/68 que estabeleceu a reforma universitária e da lei 5692/71, responsável pela reforma do 1º e 2º graus, já refletia o

---

<sup>1</sup> “Art. 1º - É revogado o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória [...]. Art. 2º - A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira.” (BRASIL, 1969).

excesso de autoritarismo por parte do executivo. Ficava evidente, também, a forte influência dos Estados Unidos, uma vez que os acordos MEC-USAID, seguindo o modelo norte-americano de educação, deliberaram as reformas educacionais no período em questão. Desta forma, foram desconsideradas as reivindicações do movimento estudantil (priorizou-se um modelo de educação “vindo de fora”), fato que revelava a prioridade dada aos interesses particulares. A EMC faz parte deste contexto: as mudanças que ocorriam na área educacional eram determinadas pelos objetivos do grupo que se encontrava no poder durante a ditadura militar.

A construção do programa de Educação Moral e Cívica consta de documentos oficiais, tais como o *Decreto 869/69* que tornou a disciplina obrigatória e o documento *A amplitude e desenvolvimento dos programas de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino*, que tinha o objetivo de definir os programas de EMC. Estes documentos revelam as reais intenções da disciplina, entre elas: “aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática” (BRASIL, 1970, p. 9). Os documentos oficiais são instrumentos formulados sob coordenação dos condutores do regime em vigor, conseqüentemente, expressam os reais objetivos dos membros do poder. Tais documentos revelam os propósitos que dirigentes do governo tinham em relação à EMC, o que também contribui na análise dos livros didáticos.

A pesquisa centra-se, principalmente, na análise dos conteúdos dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica. Mas, como o próprio trabalho irá demonstrar, a construção de uma disciplina está relacionada com as determinações políticas e econômicas de uma determinada época. Portanto, a análise dos conteúdos depende da contextualização de todo o período. Junto às reformas educacionais e aos documentos oficiais, é preciso compreender os objetivos dos que se encontram no poder. De um modo geral, estes objetivos compreendem: a necessidade do progresso econômico dependente do capital externo e a manutenção do regime militar centrado em um suposto ideal democrático.

A intenção é demonstrar, através da análise de quatro livros didáticos de EMC, que ninguém ficava de fora do chamado “projeto de integração nacional”, nem mesmo as crianças que eram bombardeadas com conteúdos sempre favoráveis às intenções do governo militar. Os conteúdos destes livros abarcam todos os aspectos possíveis da vida social. Em todos os capítulos os livros procuravam interferir tanto no que diz respeito aos valores, proporcionando a formação de comportamentos, quanto nas questões relacionadas à política e à economia. Tentava-se formar idéias favoráveis ao processo

político em curso. Buscava-se convencer os estudantes de que os militares eram os únicos capazes de consolidar uma suposta forma de democracia, onde não havia espaço para contestação de qualquer natureza. Os conteúdos relacionados com as questões econômicas afirmavam que todos os brasileiros, das diversas regiões do país, participavam da construção do “Brasil grande potência” e também desfrutavam dos lucros do desenvolvimento econômico.

Os conteúdos dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, como também as demais reformas educacionais do período militar, revelam que os aspectos sociais, políticos e econômicos eram utilizados pelo grupo de poder na tentativa de homogeneizar valores e ações favoráveis ao projeto empreendido pelos segmentos sociais que formavam o grupo dos que governavam o país durante a ditadura militar.

É fundamental mencionar que não se pretende validar as determinações realizadas pelo grupo dirigente. Principalmente, no que diz respeito aos conteúdos trabalhados pelos livros didáticos de Educação Moral e Cívica. A intenção, antes de mais nada, é revelar a disciplina como um mecanismo, dentro de um conjunto de outros mecanismos, que visava o fortalecimento de formas de agir e de pensar favoráveis aos objetivos sociais, políticos e econômicos postos em andamento desde março de 1964.

O grupo que conduziu a ditadura militar enfatizava que a “revolução” seria a favor da democracia, que o golpe em si já era democrático, ou seja, que respondia aos anseios de toda a população. Todas as ações eram colocadas como sendo a serviço do povo, tudo que o grupo dirigente realizava no interior da política, era, segundo eles, democrático, até mesmo o AI5 que representou o momento de maior repressão e autoritarismo durante a ditadura militar. O uso do termo democracia era utilizado para justificar as medidas adotadas tanto na economia, na educação quanto na política e estava diretamente ligado à necessidade de legitimar o governo e suas ações. Com base nisso é que os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, também tornavam comum o uso do termo democracia, porém, eram transmitidos aos alunos conceitos que viessem a confirmar a idéia de democracia imposta pelos condutores do regime militar. Isto porque nos livros de EMC do 1º grau, o governo e o Estado brasileiro eram demonstrados como sendo democráticos e como se todas as suas ações fossem determinadas por tais princípios. Vinculava-se, assim, nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, a ditadura militar à forma mais legítima de democracia.

No livro didático *Educação Moral e Cívica* consta que:

De cinco em cinco anos, o povo brasileiro, por intermédio dos seus representantes, escolhe (elege) o Presidente da República. O povo também

escolhe os Deputados Federais e os Senadores [...] Cada presidente [grifo nosso] faz o que lhe cabe para que todos os brasileiros sejam felizes e possam prosperar (PEREIRA, 1971, pp.41-42).

As duas principais leis referentes à educação durante a ditadura foram aprovadas de acordo com os interesses do Executivo; a oposição no Senado foi silenciada, sujeita à cassação. Agora, como é possível conceber a idéia de que os representantes do povo escolhiam o presidente da República? Que o povo indiretamente escolhia os presidentes? Se nem as leis passavam por processos de tramitação democráticos, se os senadores, principalmente os da oposição, não tinham liberdade de voto. E mais, o livro didático, destinado neste caso para os alunos da 4ª série, além de sugerir a existência da democracia nas eleições para presidente, justifica as ações do mesmo a favor do povo, negando sempre os interesses particulares de alguns setores da sociedade.

Em *Educação Moral e Cívica na Escola de primeiro Grau*, a defesa de um suposto ideário de democracia também é evidente nos conteúdos:

O fato das eleições serem diretas ou indiretas, não é o que caracteriza uma democracia. Para que um regime seja realmente democrático, é preciso que os mandatos eletivos, isto é, o exercício dos cargos de governo sejam por tempo determinado. Só nas ditaduras é que os chefes se perpetuam nos cargos e nunca os cedem a outros (GARCIA, 1972, p.59).

Os livros didáticos de EMC como parte da estratégia psicossocial vigente durante a ditadura militar pretendiam, de fato, fazer acreditar que, naquele momento, o Brasil realmente era um país democrático. Os conteúdos dos livros didáticos eram utilizados como um mecanismo para convencer a população de que não se vivia em tempos de ditadura. Mas a realidade política durante a ditadura militar é reveladora de que o período era marcado por medidas antidemocráticas, pois, mesmo que durante todo o período de 1964 a 1984, tenham se alternado no poder quatro presidentes, o que mudava era apenas a pessoa, ou seja, a figura do presidente. Uma vez que todos eram militares e do mesmo partido político, os interesses, objetivos e valores permaneciam os mesmos. É relevante considerar que se alterava em alguns momentos a política adotada (há momentos de intensa concentração de poder por parte do Executivo, como também momentos de abertura política), mas tudo como estratégia para manter os ideais e valores e para atingir os objetivos da chamada “*revolução de 64*”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “(...) Uma fração dos setores empresariais (industriais principalmente), passou (...) a exigir que se abrissem alguns canais efetivos de participação; o que levou a partir de 1974, as tentativas de realinhamento no interior do poder (entre os setores empresariais) efetivando veladamente demandas que se constituiriam numa necessária redefinição do processo político que culminou na política de distensão no governo Geisel” (REZENDE, 2001, pp. 164, 169).

Outros livros didáticos de EMC também reforçam as duas idéias referidas acima (de que o povo escolhia através do voto os presidentes e de que estes se alternavam no poder, configurando, assim, a democracia), com o objetivo de inculcar nas crianças que o regime militar era, realmente, democrático, permitindo a participação do povo e tendo as ações políticas voltadas para ele e para toda a nação, ou seja, para o “bem comum”; como sugere o livro didático *Educação Moral e Cívica Faixa F*.

Você, eu, todos nós estamos subordinados às leis brasileiras; as maiores autoridades do governo, também. Para quê? [...] O Estado tem como fim a conquista, a manutenção e o desenvolvimento do bem comum nacional, isto é, de todos nós, que formamos a nação brasileira.[...]O poder pertence ao povo. A isto se chama soberania popular. Em outras palavras, a soberania do Brasil é o poder de seu povo. Mas, como poderiam 104 milhões de brasileiros governar? Seria balbúrdia. Ninguém se entenderia. É por isto que o povo concede sua soberania, isto é confia seu poder a poucos brasileiros, os quais, na condição de “representantes” (do povo), exercem o governo. [...] É imoral para um representante trair o povo que nele confiou e, em vez de trabalhar pelo bem público, aproveitar-se do cargo para tirar vantagens pessoais ou defender indevidos interesses de pequenos grupos em detrimento do bem comum (HERMÓGENES, 1977, pp. 64 e 69).

No livro *Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica*, é possível perceber um apelo ainda maior, que demonstra o quanto os condutores do regime, que se expressavam também pelos livros didáticos, eram dissimulados ao afirmarem que o regime político existente no Brasil era a democracia e que os governantes dirigiam suas ações em benefício de todos os brasileiros, sem distinção de grupo social. É interessante destacar um exercício que consta no livro:

O Brasil é uma República de regime representativo. Num país representativo:  
a) ( X ) o Governo é exercido pelos representantes do povo.  
b) ( ) o Governo é exercido pelos representantes dos industriais, bancários e comerciários (CORREA, 1976, p.128).

Na alternativa “b” constam exatamente os segmentos sociais que faziam parte do chamado grupo de poder e que se beneficiaram com a política adotada pelo regime militar, principalmente com o milagre econômico. Porém, o livro didático tentava convencer de que não existiam segmentos sociais beneficiados pela política adotada. Este convencimento se dava sem receios, pois o livro, para demonstrar o contrário do que mencionava, utiliza exatamente os segmentos sociais beneficiados pela política econômica, contrapondo-os ao bem comum, para demonstrar que não existiam setores favorecidos, que os interesses do povo prevaleciam sobre qualquer interesse particular.

Note-se que a Educação Moral e Cívica foi uma disciplina que visava ao

convencimento de que a ditadura militar tinha como fundamento o povo, que os governantes respondiam aos interesses e aspirações de todos. Pretendia-se formar, com isto, cidadãos favoráveis ao governo. Buscava-se o consenso como forma de garantir a legitimidade. Para tanto, era utilizado também o patriotismo. Nesta linha, o livro *Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica* segue:

Quanto mais amamos a Pátria, mais democratas somos. O voto, com que se elegem os representantes do povo, pode ser um ato de amor à Pátria ou um ato de egoísmo. Eleitores e políticos devem visar, em primeiro lugar, aos interesses da Pátria. Quando a Pátria é servida por todos, todos são beneficiados (CORREA, 1976, p.128).

O livro afirma que o voto elege os representantes e que, não só os eleitores, mas também os políticos devem visar os interesses de todos como um gesto de amor à Pátria e, ainda enfatiza que “a democracia representativa é o melhor regime político que existe” (CORREA, 1976, p.129). Com isto, é possível dizer que três pontos se cruzam em torno da democracia anunciada nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica: 1º) é a melhor forma de governo, 2º) é a forma de governo existente no Brasil e, por fim, se pretende convencer, de que, se no Brasil existe a democracia a melhor forma de governo, são os militares que a realizam.

Como visto, o regime militar utilizava a educação, mais especificamente a disciplina Educação Moral e Cívica para atingir seus objetivos e interesses, instruindo crianças e jovens sobre uma idéia deturpada de democracia. Isto era fato, se comparada a teoria vista nos livros de Educação Moral e Cívica com a realidade política presente no Brasil naquele momento. O que a disciplina pretendia, e é possível constatar pela análise dos livros didáticos, era fazer com que os alunos acreditassem que o povo tinha a liberdade de escolher seus representantes e de que seus direitos e interesses seriam defendidos por eles, sempre com respeito a vontade da maioria. Ou seja, de que a ditadura militar era um regime político democrático e que mesmo suas atitudes autoritárias eram a favor de todos os brasileiros.

Um outro aspecto relevante presente nos livros didáticos, como forma de supor a existência da democracia durante o período do regime militar, diz respeito à atuação de trabalho em conjunto do Legislativo com o Executivo, o livro *Educação Moral e Cívica*, revela o seguinte:

Juntos, Câmara e Senado constituem o Congresso Nacional, que é o poder Legislativo, assim chamado porque lhe cabe estudar as leis propostas pelo Poder Executivo ou tomar a iniciativa de elaborá-las. O Presidente da República e o Congresso Nacional governam em harmonia. Essa convivência entre os dois

poderes (Executivo e Legislativo) chama-se paz política (PEREIRA, 1971, p.43).

A atuação livre de vereadores, deputados e senadores, no momento de aprovação e/ou elaboração das leis, é um dos elementos da política que caracteriza a democracia, uma vez que são representantes da sociedade civil, estão no poder para defender os interesses do povo que os elegeu. Considerando esta importância em relação à liberdade dos legisladores para a democracia, é que os livros didáticos sugeriam a chamada paz política. Na realidade, não era isto que se operava, naqueles tempos de autoritarismo em que prevalecia o Executivo sobre o Legislativo e, quando o Congresso não se encontrava fechado, deputados e senadores trabalhavam sobre pressão. Se não agissem de acordo com os interesses do Executivo eram ameaçados de cassação e de perder os direitos políticos. Diante disto, os alunos além de aprenderem noções contraditórias de democracia, também recebiam informações falseadas da realidade.

Todas as novas leis e decretos que o regime militar estabelecia tinham o objetivo de atender o conjunto de interesses dos componentes civis e militares do grupo de poder (industriais, banqueiros, estamento militar, tecnoburocratas civis e até mesmo a classe média), o que exercício número 8, do livro *Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica* tentava falsear. Como o próprio exercício procurava ensinar aos alunos, as novas leis eram consideradas a favor de todas as classes sociais, de toda a nação, mesmo que, na realidade, não fosse isto que se observava. Esta artimanha era utilizada para conquistar o consenso da população e, assim, legitimar o regime. É o que se pode observar também em relação às leis e às autoridades políticas, principalmente em relação ao Presidente da República – todas as leis e ações do Presidente da República visavam, segundo os conteúdos dos livros didáticos, ao bem comum.

Em *Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica*, o capítulo intitulado Estado de bem comum, inicia com uma ilustração de dois “homens da caverna” brigando pela posse de uma onça morta, na sequência aparece um terceiro dizendo: “A onça pertence àquele que a matou” (CORREA, 1976, p.134). Neste momento a briga termina e o capítulo segue com a seguinte conclusão: “Os primeiros grupos humanos sentiram a necessidade de leis e autoridades para cuidar do bem comum (...). Com o tempo, a humanidade cresceu e progrediu. Surgiram as cidades. Aumentou então a necessidade de leis e governantes que cuidassem do bem comum (CORREA, 1976, pp. 134-135).

Pretendia-se passar para os alunos que as leis e as autoridades eram naturalmente necessárias para a manutenção da ordem e da convivência em sociedade. Em relação a isto, é possível afirmar que os condutores do regime militar pretendiam



justificar o excesso de autoridade por parte dos seus governantes, assim como das promulgações de decretos-lei e dos Atos Institucionais, como sendo fundamentais para a manutenção da vida em sociedade, respeitando sempre os princípios democráticos.

O livro *Educação Moral e Cívica* utiliza um outro viés para justificar a necessidade de leis e autoridades. Neste caso, parte-se da família:

Em casa, os pais fazem as principais determinações sobre a vida da família. E se alguém fica doente, o médico prescreve remédios que tomamos direitinho. Tudo para o bem de todos. Quer dizer: em casa temos determinações sobre o nosso comportamento. Na escola também existem determinações que constituem o regulamento Escolar. [...] no Brasil, há igualmente determinações que se chamam leis, a que todos os brasileiros obedecem, para o benefício de todos! [...] As leis são feitas pelos legisladores. São legisladores: os Vereadores, os Deputados, os Senadores e, em casos especiais, o Presidente da República (PEREIRA, 1971, p. 44).

É comum o termo “para o bem de todos” e, neste caso, o livro didático parte da naturalização das leis e das arbitrariedades realizadas pelos que conduziam o governo, a partir da família. Sugere que, assim como elas existem no lar, existem também, como que espontaneamente no país. E é também neste momento que o livro procura justificar os chamados casos especiais, em que os próprios presidentes sancionavam novas leis, pois, assim como em uma família os pais determinam sobre o que é bom e ruim para os filhos, os “representantes do povo” também podiam determinar as leis que consideravam necessárias para o bem da nação.

A análise dos conteúdos dos livros didáticos de EMC permite constatar que os alunos eram induzidos a pensar o seguinte: “se na minha casa existe autoridade, também deve existir no Brasil. Confiar nos meus pais é o mesmo que confiar no Presidente da República, já que os dois querem o bem de todos”. Assim, o apelo à família nos livros de Educação Moral e Cívica torna-se comum, isto pode ser considerado como uma estratégia, já que os laços de confiança, principalmente das crianças, estão vinculados ao ambiente familiar. Desta maneira, não deveria ser difícil para os alunos acreditarem que realmente a política adotada pelo regime militar estivesse a serviço de toda a nação e que todos os brasileiros, independente de classe social, eram representados pelo Presidente da República. Mais uma vez, é possível considerar a veiculação e utilização dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica como parte da estratégia psicossocial, pois é evidente que seus conteúdos pretendiam trabalhar com os valores dos alunos e transformá-los a favor da legitimidade do autoritarismo vigente.

A questão das leis, liderança e autoridade relacionadas à família estão presentes, de forma ainda mais enfática e subjetiva, no livro *Educação Moral e Cívica na escola*

*de primeiro grau:*

Vovô é uma verdadeira autoridade aqui em casa. O que ele fala, esta falado, ninguém discute porque tem sempre razão. Tem uma maneira de falar, até papai cede! E, olhe que nosso pai é um líder. Muita coisa do que vovô diz, vem do que a vovó pensa. Já notei isso: uns pensam outros dizem: uns mandam outros obedecem. É como um rodízio que a gente faz num jogo de bola: às vezes é um grupo que manda e o outro recebe as ordens, outras vezes, é a vez do outro grupo mandar. Penso que minha vez de mandar vai ser quando eu for pai e chefe de alguma coisa. [...] Na nossa casa há divisão de poderes – como diz meu pai – “cada macaco no seu galho!” Não há brigas. Mamãe pede para fazer o que é bom para nós e para o grupo [...]. No país, diz tio Pedro, há várias autoridades com seus poderes. [...] Marisa saiu-se com uma que é preciso anotar. Tio Pedro explicava um montão de coisas que eu escrevi aí em cima quando ela disse: - E ninguém manda no Presidente da República? [...] Pensei que tio Pedro fosse ficar atrapalhado, mas ele riu e disse: - No Brasil, havendo democracia, o presidente também obedece às leis e faz com que elas sejam cumpridas [...] o presidente também pode fazer leis, principalmente quando o Congresso está em recesso – isto é, não funciona (GARCIA, 1972, pp. 54, 55 e 58).

O fragmento acima revela bem o jogo de artifícios utilizado pelo grupo de poder, na tentativa de convencer os alunos de que é necessária a existência do autoritarismo, ou melhor, de que alguns possuem a capacidade e as características necessárias para mandar, enquanto que a outros cabe obedecer. Mas este convencimento se opera com certa sutileza, ou seja, existe a tentativa de disfarce, pois, ao mesmo tempo em que o livro utiliza a linguagem de uma criança escrevendo em seu diário, utilizando termos como, por exemplo, mamãe e vovô, utiliza também termos grosseiros como ninguém discute e um manda outro obedece.

Após toda uma exposição de relações de poder e de hierarquia dentro da família, o livro menciona o Presidente da República e suas formas de ação, como uma maneira de preparar o aluno para que agisse de acordo com o que propunham os condutores do regime. As relações familiares eram utilizadas para justificar o poder, a autoridade e, até mesmo, a elaboração de leis pelo presidente da república, pois o próprio livro sugere que ninguém deveria discutir com uma verdadeira autoridade. Como já foi observado, existe certa sutileza e a utilização de valores subjetivos para legitimar o excesso de autoritarismo, pois o excerto acima revela metáforas como “vovô é uma verdadeira autoridade” e “em casa há divisão de poderes”.

Assim, busca-se a justificar a organização política durante a ditadura militar, pois as formas de mando constatadas no período pelos dirigentes políticos são transmitidas, aos alunos, como se fossem naturais e necessárias para o bem de todos.

A Educação Moral e Cívica é expressão da “guerra total” estabelecida pela

Escola Superior de Guerra (ESG): era uma batalha contra tudo o que poderia fragilizar o regime (valores, idéias, manifestações e ações). Tem-se que a imposição dos conteúdos de EMC, assim como as demais reformas da educação, durante o período de 1964 a 1984, estiveram a serviço de um projeto de poder. Desconsiderou-se, assim, o papel social que a educação deveria cumprir. Mesmo sem quantificar as influências da disciplina na aquisição de valores e comportamentos, tem-se que a EMC foi um mecanismo muito bem articulado pelos dirigentes do governo na busca da formação de uma mentalidade favorável aos caminhos propostos pelos condutores do regime instaurado em 1964.

### **Referências:**

- BRASIL. *Decreto-Lei n.º. 869*, 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>>. Acesso em 05/08/07.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CNMC. *Amplitude e desenvolvimento dos programas de educação moral e cívica em todos os níveis de ensino*: (Artigo 4º do Decreto-lei n.º. 869/69 e § 2º do art. 35 da Lei 4024/61). Brasília, 1970.
- CORREIA, A. A. *Estudos dirigidos de educação moral e cívica*. São Paulo: Ática, 1976.
- GARCIA, E. C. *Educação moral e cívica na escola de primeiro grau*. São Paulo: LISA, 1972.
- HERMÓGENES, J. A. F. *Educação moral e cívica*: Faixa F. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- PEREIRA, F. A. *Educação moral e cívica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. (3ª ed.).
- REZENDE, M. J. A democracia no Brasil: elementos norteadores do debate desenvolvido na segunda metade do século XX. *Revista Mediações*, Londrina, n.º 2, pp. 32-45, jul./dez.1996.
- REZENDE, M. J. *A ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: UEL, 2001.